

CAPÍTULO 06

DOI: <https://doi.org/10.58871/conimaps24.c06>

ASPECTOS ÉTICOS E LEGAIS DOS CUIDADOS PALIATIVOS DO BRASIL

ETHICAL AND LEGAL ASPECTS OF PALLIATIVE CARE IN BRAZIL

AMADEU ALVES DE ALMEIDA JÚNIOR

Psicólogo pelo Centro Universitário UniFG

FABRICIO RICARDO VALERIO

Fisioterapeuta, Pós-graduado em Fisioterapia Oncológica e Cuidados Paliativos pela Universidade de Uberaba

SABRINA TILL DA ROSA

Nutricionista formada pela UFSM, residência multiprofissional em hematologia e oncologia (UFSM/HUSM), pós-graduanda em gestão em saúde- UNIPAMPA

DAIANE MENDES RIBEIRO

Mestra em Ciências da Saúde pela Universidade Estadual de Londrina/UEL
Londrina/PR

ANÍSIA FERREIRA DE LIMA

Enfermeira pela Universidade de Fortaleza e Mestranda pela Universidade Estadual do Ceará

MARIA EDMÉA LOPES DE OLIVEIRA

Enfermeira pelo Centro Universitário Fametro, pós-graduanda em UTI pela Unifametro

MARIA DE FÁTIMA SIMÕES DE OLIVEIRA

Graduanda em Enfermagem pela Universidade Potiguar - UNP

ANATÁLIA BATISTA DOS SANTOS

Enfermeira e especialista em Saúde Pública pela Faculdade de Ciências Médicas da Bahia

ELINE NOGUEIRA SANTOS SOBREIRA

Enfermeira pelo Centro Universitário Maurício de Nassau do Juazeiro do Norte - UNINASSAU

RESUMO

Nos últimos anos, os cuidados paliativos emergiram como uma abordagem essencial no manejo de pacientes com doenças graves e terminais no Brasil. Além de buscar o alívio do sofrimento físico, eles visam fornecer suporte emocional, social e espiritual integral aos pacientes e seus familiares. Este estudo tem como objetivo analisar os avanços, desafios e perspectivas dos cuidados paliativos no Brasil. A metodologia adotada foi uma pesquisa bibliográfica em bases de dados como PubMed, SciELO e CAPES, utilizando termos específicos para abranger os principais aspectos do tema. A pesquisa inicial identificou 80 materiais, sendo selecionados 7

estudos para fundamentar este trabalho após a aplicação dos critérios de inclusão. Os resultados mostram que, apesar de um arcabouço ético e legal robusto, a implementação dos cuidados paliativos enfrenta desafios como desigualdade no acesso aos serviços, escassez de profissionais capacitados e falta de conscientização pública. A discussão destaca a importância de uma abordagem multidisciplinar e centrada no paciente, conforme preconizado pela Política Nacional de Cuidados Paliativos de 2020. Conclui-se que, para melhorar a qualidade e a equidade na oferta de cuidados paliativos, é crucial investir na formação contínua de profissionais de saúde e promover uma maior conscientização sobre esses serviços.

PALAVRAS-CHAVE: Cuidados paliativos; Implementação; Desafios.

ABSTRACT

In recent years, palliative care has emerged as an essential approach in managing patients with serious and terminal illnesses in Brazil. In addition to seeking relief from physical suffering, it aims to provide comprehensive emotional, social, and spiritual support to patients and their families. This study aims to analyze the advancements, challenges, and future perspectives of palliative care in Brazil. The methodology adopted was a bibliographic research in databases such as PubMed, SciELO, and CAPES, using specific terms to cover the main aspects of the topic. The initial search identified 80 materials, with 7 studies selected to support this work after applying the inclusion criteria. The results show that despite a robust ethical and legal framework, the implementation of palliative care faces challenges such as inequality in access to services, a shortage of trained professionals, and a lack of public awareness. The discussion highlights the importance of a multidisciplinary and patient-centered approach, as advocated by the National Policy of Palliative Care of 2020. It concludes that to improve the quality and equity in the provision of palliative care, it is crucial to invest in the continuous training of healthcare professionals and promote greater awareness about these services.

KEYWORDS: Implementation; Palliative care; Brazil.

1 INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, os cuidados paliativos emergiram como uma abordagem essencial no manejo de pacientes enfrentando doenças graves e terminais no Brasil. Além de buscar o alívio do sofrimento físico, eles visam fornecer suporte emocional, social e espiritual integral aos pacientes e seus familiares (Clark, 2019).

Este enfoque é respaldado por um robusto arcabouço ético e legal no país., uma vez que a Constituição Federal de 1988 estabelece o direito à saúde como fundamental, garantindo a todos os cidadãos acesso a serviços de saúde, incluindo cuidados paliativos. A Lei nº 10.216/2001, por sua vez, redefine o modelo assistencial em saúde mental, reconhecendo a importância desses cuidados também para pacientes com transtornos mentais severos. Além disso, a Resolução CFM nº 1.995/2012 fortalece a autonomia do paciente ao permitir diretivas antecipadas de vontade, assegurando que suas decisões quanto aos cuidados médicos no fim da vida sejam respeitadas.

Apesar dos avanços legislativos e éticos, a implementação efetiva dos cuidados paliativos no Brasil enfrenta diversos desafios significativos. Estes incluem a desigualdade no acesso aos serviços entre diferentes regiões e grupos socioeconômicos, a escassez de profissionais capacitados para oferecer esses cuidados especializados, e a necessidade premente de conscientização pública sobre a importância e disponibilidade desses serviços em diversos contextos de saúde.

Acredita-se que a adoção integral das diretrizes estabelecidas pela Política Nacional de Cuidados Paliativos de 2020 e um investimento substancial na formação contínua de profissionais de saúde são cruciais para melhorar não apenas a qualidade, mas também a equidade na oferta de cuidados paliativos em todo o território nacional.

Sendo assim, esse estudo se justifica pela relevância social de promover uma assistência mais humanizada e integral aos pacientes em situações de doenças graves e terminais. Aprimorar a implementação dos cuidados paliativos não apenas responde a um imperativo ético, mas também contribui para a melhoria da qualidade de vida dos pacientes e de seus familiares, além de otimizar o uso dos recursos de saúde pública.

Diante desse contexto, o presente trabalho tem como objetivo analisar os avanços já realizados, os desafios ainda presentes e as perspectivas futuras dos cuidados paliativos no Brasil.

2 METODOLOGIA

Para conduzir este estudo sobre os cuidados paliativos no contexto brasileiro, adotei uma abordagem metodológica fundamentada na pesquisa bibliográfica em bancos de dados especializados. Os principais bancos consultados foram PubMed, SciELO e CAPES, selecionados pela sua pertinência na área de saúde e política pública.

Os termos de busca utilizados incluíram "cuidados paliativos", "implementação", "desafios", "legislação brasileira", "política nacional de saúde" e "acesso aos serviços de saúde". Esses termos foram escolhidos para abranger os aspectos cruciais do estudo, visando analisar tanto os avanços quanto os obstáculos enfrentados na implementação dos cuidados paliativos no Brasil.

A pesquisa foi refinada com o uso de descritores booleanos *AND*, *OR* e *NOT* para combinar os termos de busca de maneira eficiente. Foram aplicados operadores "*AND*" para focar em aspectos específicos como "cuidados paliativos" *AND* "implementação", e "*OR*" para ampliar a busca incluindo termos como "legislação brasileira" *OR* "política nacional de saúde".

Para assegurar a relevância e a qualidade dos estudos selecionados nesta revisão, foram

estabelecidos critérios claros de inclusão e exclusão. Os critérios de inclusão englobaram estudos publicados em periódicos revisados por pares que abordassem especificamente os cuidados paliativos no contexto brasileiro, incluindo aspectos legais, éticos ou desafios na sua implementação.

Por outro lado, foram excluídos estudos que não estavam disponíveis integralmente nos bancos de dados consultados, assim como aqueles cujo foco principal não era os cuidados paliativos ou que não abordavam o contexto brasileiro. Estudos que não se relacionavam aos aspectos legais, éticos ou desafios na implementação dos cuidados paliativos também foram excluídos.

Esses critérios foram aplicados rigorosamente durante todo o processo de seleção e análise dos estudos, garantindo a inclusão apenas daqueles que contribuem de forma significativa para a compreensão dos cuidados paliativos no contexto brasileiro.

A busca inicial abrangeu 80 materiais, ficando 7 estudos para a fundamentação desse trabalho após os critérios de inclusão aplicados.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os cuidados paliativos são fundamentados em quatro princípios éticos principais: autonomia, beneficência, não-maleficência e justiça. A autonomia refere-se ao direito do paciente de tomar decisões informadas sobre seu próprio tratamento. No contexto dos cuidados paliativos, é crucial que os profissionais de saúde respeitem as preferências e desejos do paciente em relação aos cuidados no fim da vida. A beneficência envolve a obrigação de agir no melhor interesse do paciente, promovendo o bem-estar e aliviando o sofrimento. A não-maleficência refere-se à obrigação de não causar dano. Em cuidados paliativos, isso significa evitar intervenções que possam prolongar o sofrimento ou causar desconforto desnecessário (Beauchamp; Childress, 2013).

A justiça relaciona-se à distribuição equitativa dos recursos de saúde e ao tratamento justo de todos os pacientes. No Brasil, isso implica garantir o acesso universal aos cuidados paliativos, conforme preconizado pelo Sistema Único de Saúde (SUS) (Brasil, 1988).

Ainda, a Constituição Federal de 1988 garante o direito à saúde como um direito fundamental, garantindo a todos os cidadãos o acesso a serviços de saúde, incluindo cuidados paliativos. Este marco legal estabelece a base para a proteção da dignidade e dos direitos dos pacientes, assegurando que nenhum indivíduo seja privado do acesso aos cuidados necessários para o alívio do sofrimento em situações de doenças graves e terminais.

A Lei nº 10.216/2001, por sua vez, é fundamental ao dispor sobre a proteção e os direitos das pessoas com transtornos mentais e ao redirecionar o modelo assistencial em saúde mental. Esta legislação reconhece a importância dos cuidados paliativos não apenas para pacientes físicos, mas também para aqueles que enfrentam transtornos psíquicos. Ao integrar os cuidados paliativos ao tratamento de doenças mentais graves, a lei reafirma o compromisso com a dignidade e o respeito aos direitos dos pacientes, promovendo uma abordagem holística e humanizada na assistência à saúde (Brasil, 2001).

Já a Resolução CFM nº 1.995/2012 complementa o aspecto legal ao definir as diretivas antecipadas de vontade, permitindo que os pacientes registrem suas preferências em relação aos cuidados médicos que desejam receber no fim da vida. Este instrumento legal fortalece a autonomia dos pacientes, garantindo que suas vontades sejam respeitadas quando não estiverem mais aptos a expressá-las diretamente. Assim, a legislação brasileira não apenas apoia os cuidados paliativos, mas também proporciona mecanismos para que os pacientes exerçam seu direito de decisão sobre seu próprio tratamento médico, promovendo uma assistência mais humanizada e alinhada aos princípios éticos fundamentais (Conselho Federal de Medicina, 2012).

Ainda, as diretrizes para cuidados paliativos no Brasil são orientadas por documentos oficiais que fornecem recomendações detalhadas para a prática clínica. A Política Nacional de Cuidados Paliativos de 2020 é um marco significativo ao estabelecer diretrizes claras para a implementação desses cuidados no Sistema Único de Saúde (SUS), enfatizando a necessidade de uma abordagem multidisciplinar e centrada no paciente para garantir um suporte integral durante o processo de fim de vida (Ministério da Saúde, 2020).

Paralelamente, o Manual de Cuidados Paliativos da ANCP oferece um guia abrangente que não apenas instrui os profissionais de saúde sobre práticas clínicas eficazes, mas também sublinha a importância crucial da comunicação efetiva e do suporte emocional no manejo dos cuidados paliativos (ANCP, 2012).

Pastrana *et al.* (2022) ressalta que, apesar dos avanços significativos na implementação de cuidados paliativos no Brasil, persistem desafios significativos. A escassez de profissionais qualificados, a disparidade no acesso aos serviços e a necessidade premente de maior conscientização e educação sobre o tema continuam a ser obstáculos importantes. Percebe-se, diante disso, que é essencial garantir que todos os pacientes, independentemente de sua localização ou condição socioeconômica, tenham acesso equitativo a cuidados de qualidade no final da vida, refletindo os valores fundamentais de dignidade e respeito pela autonomia do paciente. Isso porque, a desigualdade na distribuição de recursos de saúde pode limitar o acesso

equitativo aos cuidados paliativos, especialmente em áreas remotas (World Health Organization, 2018).

Importa aqui pontuar que, a formação e capacitação contínua dos profissionais de saúde é de suma importância para garantir a qualidade do atendimento. Além disso, as percepções culturais e sociais sobre a morte e o morrer podem influenciar a aceitação e a implementação dos cuidados paliativos (Clark, 2019).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os cuidados paliativos, embora respaldados por uma estrutura ética e legal robusta no país, enfrentam desafios significativos na implementação prática. A escassez de profissionais qualificados, a disparidade no acesso aos serviços e a necessidade de maior conscientização pública foram identificados como obstáculos críticos.

É evidente que as políticas existentes precisam ser fortalecidas com investimentos contínuos em capacitação profissional e infraestrutura adequada. Além disso, campanhas educativas são essenciais para sensibilizar a sociedade sobre a importância dos cuidados paliativos e seus benefícios para pacientes e familiares. Quanto às limitações deste estudo, é importante reconhecer que a análise bibliográfica pode não abranger todas as particularidades regionais ou contextuais da implementação dos cuidados paliativos no Brasil. Estudos adicionais podem explorar mais amplamente essas questões e avaliar o impacto das políticas públicas locais na eficácia dos cuidados oferecidos.

Portanto, à medida que avançamos na busca por um acesso mais equitativo e eficaz aos cuidados paliativos, é essencial continuar aprimorando as políticas existentes, investindo em recursos humanos e tecnológicos, e promovendo uma maior conscientização sobre a importância de oferecer uma assistência digna e respeitosa aos pacientes em fim de vida.

REFERÊNCIAS

BEAUCHAMP, T. L.; CHILDRESS, J. F. **Principles of Biomedical Ethics**. Oxford University Press, 2013.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. **Lei nº 10.216, de 6 de abril de 2001**. Dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 9 abr. 2001. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LEIS_2001/L10216.htm. Acesso

em: 5 jul. 2024.

CLARK, D. **To Comfort Always: A History of Palliative Medicine Since the Nineteenth Century**. Oxford: Oxford University Press, 2019.

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA. **Resolução CFM nº 1.995/2012**. Dispõe sobre as diretivas antecipadas de vontade dos pacientes. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 31 ago. 2012. Disponível em: http://www.portalmédico.org.br/resolucoes/CFM/2012/1995_2012.pdf. Acesso em: 5 jul. 2024.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Política Nacional de Cuidados Paliativos**. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/politica-nacional-de-cuidados-paliativos>. Acesso em: 5 jul. 2024.

PASTRANA, T. *et al.* **Atlas de Cuidados Paliativos na América Latina**. Houston: IAHP Press, 2012.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. **Integrating Palliative Care and Symptom Relief into Primary Health Care: A WHO Guide for Planners, Implementers and Managers**. Geneva: World Health Organization, 2018. Disponível em: <https://www.who.int/publications/i/item/integrating-palliative-care-and-symptom-relief-into-primary-health-care>. Acesso em: 5 jul. 2024.